

MULHERES INDÍGENAS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS: UM RECORTE A PARTIR DA LEI 11.645/2008

Izabel Carolina da Silva Pereira ¹
Bianca Vieira de Andrade ²
Stella Marcia de Moraes Santiago ³
Simone Joaquim Cavalcante ⁴

RESUMO

As comunidades indígenas, em sua maioria, possuem uma organização patriarcal, com os homens à frente dos espaços de decisão. Isto nos encaminha a uma discussão da sociedade patriarcal também nestes grupos, o que nos fez questionar quais produções existem a respeito. Quem pesquisa sobre as mulheres indígenas questiona a condição de gênero imposta nestes grupos? Dessa forma, pretendemos pesquisar quais teses e dissertações discutem o papel social da mulher indígena e em quais são questionadas as imposições sociais atreladas ao feminino. Para isso, acessamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) fazendo um recorte do período de 2008 a 2023, ou seja, desde a implementação da Lei 11.645/2008, que modificou o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) até os dias atuais. Nos últimos 15 anos, há um interesse sobre a mulher indígena e o papel que representa para a sua comunidade? Esta pesquisa, de cunho bibliográfico, também se dá num viés quantitativo em função desse levantamento qualitativo. Com este estudo pretendemos apresentar e analisar quantas teses e dissertações se preocuparam em abordar o papel da mulher indígena, em torno dos desafios e enfrentamentos no contexto atual, a partir de seus territórios, visto que, historicamente, estas têm desempenhado funções fundamentais em suas comunidades. Por fim, acreditamos que reflexões como estas são relevantes para vislumbrarmos um futuro mais equitativo, inclusivo e de justiça epistêmica no âmbito das produções acadêmicas e da educação.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, Pesquisa acadêmica, Educação.

INTRODUÇÃO

A educação favorece ao indivíduo um desenvolvimento social, cultural, econômico e político. Contudo, sabe-se que a educação não se desenvolve somente dentro das instituições escolares, esta perpassa os muros das instituições, sendo um processo formativo que está estritamente ligado ao convívio e ao ambiente de partilha dos sujeitos. Brandão (1993) discute que a educação pode fluir de forma livre, entre todos, sendo algo que os indivíduos criam em comum, tendo por exemplo, uma crença, uma ideia, algo comunitário, no trabalho ou na vida.

O IBGE do ano de 2023 registrou em seu levantamento dados em que a população indígena no Brasil, atualmente, equivale a 0,83% da população nacional, chegando a um

¹Graduanda, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cd0984956@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bianca.10.pb@gmail.com;

³Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, stella.marcia@professor.ufcg.edu.br;

⁴Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, simone.joaquim@professor.ufcg.edu.br.



número de habitantes de 1.693.535 (Gov.br, 2023). Os direitos constitucionais dos povos indígenas no Brasil são assegurados e defendidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), órgão vinculado ao Ministério dos Povos Indígenas⁵, criado em 1967. A proteção dos direitos destes deve favorecer o acesso às demandas políticas, econômicas e sociais, como também a saúde, segurança e educação escolar.

A educação dentro das aldeias pode emergir do compartilhar conhecimento entre as gerações, através do convívio social, da divisão dos afazeres, da construção de instrumentos e artefatos, como também dos costumes e crenças seguidos na comunidade. Nesta perspectiva educativa dentro das comunidades indígenas, Brandão (1993, p.7) discute que “As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende”, se tornando, um processo educativo do saber gerado entre os membros da comunidade, viabilizado pela oralidade e exemplificação.

A temática de empoderamento feminino nas aldeias parece ganhar destaque, paulatinamente. Nosso intuito está em abordar o tema, propondo a discussão em torno das mulheres indígenas nas pesquisas acadêmicas, teses e dissertações presentes na BDTD, por métodos quantitativos e qualitativos, debruçando-se por todos os trabalhos destacados, com ênfase no empoderamento destas mulheres.

METODOLOGIA

A motivação inicial para o desenvolvimento deste estudo se deu pelo interesse de pesquisa das autoras tanto sobre mulheres, como sobre indígenas. Assim, as temáticas se interseccionam, possibilitando compreender o papel das mulheres indígenas em seus grupos societários, questionando como são em sua maioria abordadas nas pesquisas acadêmicas dispostas na BDTD. Para isto, foi realizado um recorte de 15 anos, a partir da implementação da lei 11.645/2008 até o ano de 2023.

Partindo disso, iniciou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo esta a que utiliza de livros, artigos científicos e materiais, elaborados visando oportunizar aos pesquisadores uma abrangência de informações e referências (Gil, 2008). Assim, utilizamos de uma busca avançada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com filtros de pesquisas relacionados à “Educação” e “Mulher indígena”, dispostos em “Educação” como área de conhecimento CNPQ e publicados no intervalo de 15 anos, sendo considerado desde 2008 (ano da lei 11.645/2008) ao ano de 2023 para a construção dos pressupostos discutidos neste documento.

⁵ Órgão criado em 01 de janeiro de 2023.



Com isso, este documento tem como objetivo discutir a importância da mulher indígena na sociedade, bem como a presença da mesma nas pesquisas acadêmicas, dispostas na BDTD. Este estudo se constrói dentro de um viés quantitativo e qualitativo, tendo o intuito de oportunizar ao leitor/a uma leitura introdutória sobre a perspectiva do papel feminino da mulher indígena nas pesquisas acadêmicas. De acordo com a seleção específica de características para este estudo, foram encontradas, no BDTD, 2 (duas) dissertações e 1 (uma) tese. Ressaltamos ainda, que foram encontrados outros documentos semelhantes, que não se enquadram as especificidades deste estudo.

No tocante ao recorte quantitativo analisamos: localidade, quantidade, anos de publicação, regionalidade e sede acadêmica. Na proposição qualitativa nos debruçamos a analisar as vertentes e vieses que mencionadas em cada um dos documentos. Apontamos também que todos os documentos que foram selecionados são estudos conduzidos por mulheres, sendo uma dissertação da região sul, e uma dissertação e uma tese da região nordeste.

ACESSO E PERMANÊNCIA DA MULHER INDÍGENA NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A mulher cotidianamente enfrenta diversos desafios nos mais diferentes espaços que compõem sua vida, seja no ambiente profissional e/ou pessoal, o machismo estruturado se propaga diretamente ou indiretamente nas camadas sociais, aliado ao preconceito que rotula as mulheres como frágeis, sensíveis, grandes responsáveis pelo cuidado com a família, e que ao mesmo tempo exige que estas sejam dóceis, recatadas e belas, de preferência, menos inteligentes que seus parceiros. Cabe questionamentos sobre todas estas ‘pretensas qualidades inerentes ao feminino’.

É necessário lembrar quão tardio as mulheres passaram a ter acesso à educação, mulheres brancas e da elite. Com relação a mulher indígena temos agravantes, “Ainda existe a pressão para que elas cuidem do lar e da família e conciliem essas tarefas com os estudos.” (Soares, 2023). Nesta perspectiva, do papel da mulher, Ruano-Ibarra; Gama (2020, p.282-283) discutem que

Apreende-se dessa narrativa que as relações de gênero são pautadas pela hierarquia social e pela divisão sexual do trabalho. Às mulheres caberiam as tarefas de cuidado das coletividades étnicas tanto no âmbito doméstico (lar ou aldeia) como no espaço público (no caso nas mobilizações fora dos territórios indígenas).

Desse modo para as mulheres indígenas, estudar não significa somente iniciar uma vida escolar ou acadêmica, mas também o enfrentamento do preconceito enraizado nas



tradições dos povos indígenas, onde segundo Libalva Zagur (2017), *apud* Ruano-Ibarra; Gama (2020, p.282) “a mulher não pode sair, a mulher tem que estar em casa. A mulher tem que estar cuidando do filho, a mulher tem que fazer comida para o homem. O homem tem que sair para resolver alguma coisa”, temos aqui a mulher que serve ao doméstico e ao homem, cuidadora e servil.

Apesar disto, a mulher indígena tem ocupando espaço na liderança de suas aldeias, escolas, universidades, sociedade e também na política a exemplo de Sonia Guajajara, Deputada Federal e 1ª Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, fissurado uma estrutura de poder, alcançando um espaço de poder, representação e de destaque político e social. Atualmente tem-se que a mulher indígena exerce papel fundamental nas suas comunidades, nessa perspectiva Sonia Grubits (2014) destaca que na organização social, observa-se uma divisão de papéis entre homens e mulheres, caracterizada pela ausência de hierarquia entre ambos, na qual não se atribui superioridade a um sobre o outro, e nenhum papel é valorizado em detrimento do outro, dessa forma, ambos desempenham funções de valor inegável e irrestrito, guiados por uma consciência clara de que a harmonia da comunidade depende igualmente das atividades desenvolvidas por homens e mulheres, reconhecendo que a plenitude das atividades desempenhadas por ambos é indispensável para o funcionamento eficaz da comunidade, enfatizando a igual importância de todas as contribuições.

Como observado, o papel da mulher indígena potencializa-se a cada dia na atualidade, o que em muitas comunidades dividem opiniões, em alguns espaços, essas mudanças de costumes são bem aceitas, em outros, não são bem compreendidas, visto que, o empoderamento destas mulheres na aldeia, causa tensão à supremacia masculina presente na comunidade (Ruano-Ibarra; Gama, 2020).

Historicamente, as mulheres indígenas têm desempenhado funções fundamentais em suas comunidades, desafiando a concepção tradicional de que apenas os homens ocupam posições de liderança, em entrevista dada ao Brasil de Fato em 2020, Sônia Guajajara relata que “Ser mulher indígena no Brasil é você viver um eterno desafio, de fazer a luta, de ocupar os espaços, de protagonizar a própria história”. Na oportunidade ainda afirmou que durante sua vida e luta pelos direitos dos povos indígenas procurava uma forma ou direção para fazer com que a história de vida dos povos indígenas fosse conhecida e reconhecida pela sociedade. Comprendemos que, tratar sobre a inserção das mulheres indígenas em todos os âmbitos da vida comunitária não apenas promove a igualdade de gênero, mas também promove o enriquecimento da diversidade de perspectivas e conhecimentos. Detentoras de saberes e tecnologias ancestrais específicas, muitas vezes relacionados à gestão ambiental, medicina



tradicional, e preservação da biodiversidade, a participação plena das mulheres indígenas contribui para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis. A presença da mulher indígena na educação e na sociedade é um tema que revela a importância de sua participação ativa na construção de saberes e na preservação cultural, destacando-se como protagonistas em processos educativos e de resistência/existência.

Dessa forma, questionamos: a representação dessas mulheres nas produções acadêmicas destaca o protagonismo da mulher indígena ou promove os estereótipos eurocêntricos quanto às mesmas? Os resultados e discussões desta pesquisa trata da visão que, embora haja um aumento no interesse por estudos sobre povos indígenas, a abordagem sobre a mulher indígena reforça a necessidade de uma maior valorização e aprofundamento de suas realidades e contribuições no campo acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas no BDTD, de acordo com a seleção específica de características para este estudo, 2 (duas) dissertações e 1 (uma) tese, sendo: Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Estadual do Centro-Oeste; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; dos anos de 2009, 2019 e 2023 (tabela 1). Ressaltamos ainda, que foram encontrados mais dois trabalhos (tabela 2) além dos já citados na pesquisa, os dois foram analisados e não considerados para a pesquisa indo em acordo com os objetivos propostos, uma vez que, embora abordem temáticas relacionadas aos povos indígenas, não contemplam de forma específica a questão da mulher indígena.

Esses dois últimos estudos apresentaram uma abordagem mais ampla sobre as culturas e organizações sociais indígenas, mas em nenhum momento direcionaram suas análises ou discussões para as particularidades das vivências, desafios e contribuições das mulheres indígenas. Dessa forma, foram excluídos do corpo principal da pesquisa, pois não atendem aos critérios estabelecidos para o aprofundamento da discussão sobre a representação e o papel das mulheres indígenas nas esferas acadêmica e social.

Dentre as questões regionais e de localidade destes documentos em cenário nacional, pontuamos que 1 (uma) é do sul e 2 (duas) são do nordeste, especificamente dos estados do Paraná, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

TABELA 1 - Trabalhos selecionados

Autor	Título	Tipo	Universidade	Ano
BARRO S, Lilian Silva Sampaio de.	“Não é toda mulher que quer ser parteira não!”. O ensino da aprendiz de parteira como tradição e identidade da parteira indígena Pankararu	Dissertação	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2019
KANH GÁG, Diomara Rénhrá.	Cultura corporal Kanhgág nas aulas de Educação Física: uma possibilidade de reafirmar a identidade cultural indígena.	Dissertação	Universidade Estadual do Centro-Oeste	2023
PAZ, Maria Glória da	História e educação de mulheres remanescentes indígenas de missão do Sahy.	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2009

FONTE: PEREIRA; ANDRADE (2024)

Abaixo apresentamos os trabalhos que tratam dos povos indígena, mas não foram considerados por não se enquadrarem no recorte específico deste estudo.

TABELA 2 - Trabalhos não considerados na pesquisa

Autor	Título	Tipo	Universidade	Ano
BISPO, Agnes Gardênia Passos	Contextualização, escola quilombola, relações étnico-raciais: aproximações e distanciamentos no livro didático de ciências.	Dissertação	Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática	2018
ARANHA, Nhamandu Mirin Luiz Alves	O processo de institucionalização da educação na terra indígena do Ribeirão Silveira-Bertioga/SP	Tese	Universidade Católica de Santos	2023

FONTE: PEREIRA; ANDRADE (2024)

O primeiro documento a ser discutido se intitula “Não é toda mulher que quer ser parteira não!” O ensino da aprendiz de parteira como tradição e identidade da parteira



indígena Pankararu, da autoria de Lilian Silva Sampaio de Barros, dissertação do programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, se dedicou a discutir o processo de formação de parteiras na comunidade indígena Pankararu, em seu aporte teórico a autora conduziu a discussão utilizando autores como Araújo et al. (2006), Arruti (1996), Oliveira e Candau (2010), Falsarella (2018), entre outros. A partir disso, coordenou a pesquisa etnográfica observando a vivência e a rotinas destas mulheres parteiras na comunidade, e discutindo questões voltadas a identidade destas, o processo de formação e como constituem seu papel em torno da comunidade.

O segundo documento se denomina “Cultura corporal Kanhgág nas aulas de Educação Física: uma possibilidade de reafirmar a identidade cultural indígena”, da autoria de Diomara Rénhrá Kanhgág, uma dissertação do programa de pós-graduação de educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), tendo como objetivo registrar e analisar a cultura corporal do movimento Kanhgág e as possibilidades de incorporação dessas práticas nas aulas de Educação Física, como forma de reafirmação da identidade cultural. A autora se debruça sobre a Educação Física no contexto da educação escolar indígena, enquanto objeto de estudo, e para isto, utiliza de entrevistas, imagens fotográficas, observação e diário de campo, investigando de forma minuciosa a cultura corporal do Povo Kanhgág, utilizando como aporte teórico estudiosos como Tommasino e Fernandes (2001), Faustino (2010), Munduruku (2000), entre outros. Como resultados deste estudo a autora afirma que diversas práticas indígenas do povo Kanhgág podem auxiliar de forma direta nas aulas de Educação Física, tendo assim, o benefício, de se utilizar estas como forma de promover uma educação intercultural.

Na tese "História e Educação de Mulheres Remanescentes Indígenas de Missão do Sahy", de Maria Gloria da Paz, os resultados da pesquisa destacam a importância da transmissão de costumes e práticas educativas entre as mulheres indígenas da comunidade, particularmente no âmbito familiar, escolar e religioso. A pesquisa revela uma forte influência das práticas religiosas franciscanas, consolidando os papéis tradicionais de mãe e esposa para essas mulheres.

Contudo, as mais jovens enfrentam preconceitos por não serem plenamente reconhecidas como indígenas ou negras, sofrendo discriminação devido ao desconhecimento de suas identidades. Além disso, a pesquisa ressalta o papel das mulheres na liderança comunitária e religiosa, desafiando os papéis tradicionalmente masculinos ao assumir funções de zeladoras da igreja, dirigentes de associações e até envolvimento na política local. Os principais autores da fundamentação teórica incluem Halbwachs (2006), Bosi (1994) e Pollak

(1989), que contribuíram para a análise da memória e o uso da história oral como método. No campo da história das mulheres, Michelle Perrot e Mary Del Priore embasam a discussão sobre o papel feminino ao longo da história. Autores como Norbert Elias (1993) e Michel de Certeau (1994) também são essenciais para a análise das relações sociais e práticas culturais da comunidade.

A abordagem da autora foca as mulheres indígenas como guardiãs de saberes e tradições, desempenhando um papel crucial na preservação cultural, enquanto lidam com os desafios da modernização e preconceitos, equilibrando tradição e novas realidades sociais.

Os três trabalhos citados revelam diferentes dimensões do papel da mulher indígena nas suas respectivas comunidades e a sua importância na preservação cultural e da identidade coletiva. Na dissertação de Lilian Silva Sampaio de Barros, a mulher indígena Pankararu é vista como parteira, uma figura central na transmissão de conhecimentos ancestrais relacionados à saúde e ao ciclo da vida, consolidando sua identidade e papel social na comunidade. Já o trabalho de Diomara Rénhrá Kanhgág destaca a participação das mulheres Kanhgág na cultura corporal indígena e a possibilidade de integrar essas práticas nas aulas de Educação Física, o que reforça a preservação e reafirmação da identidade cultural indígena em contextos escolares. Na tese de Maria Gloria da Paz, as mulheres remanescentes indígenas de Missão do Sahy são apresentadas como líderes comunitárias e religiosas, desafiando papéis tradicionais ao assumirem posições de destaque na sociedade, ao mesmo tempo em que preservam costumes e práticas educativas transmitidas de geração em geração. Em todos os casos, a mulher indígena emerge como uma guardiã do conhecimento e das tradições, desempenhando um papel vital na manutenção da cultura e identidade de seus povos, ao mesmo tempo que enfrentam os desafios da modernização e preconceito social, quebram tabus, paradigmas e modificam a realidade para outras mulheres indígenas, do seu tempo e lugar histórico-social, como as que se seguirão a estas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reforçam a importância da mulher indígena nas suas comunidades e no cenário acadêmico. Através da análise de teses e dissertações que abordam o papel das mulheres indígenas, nota-se que, embora tradicionalmente os homens ocupem posições de decisão nas organizações sociais indígenas, as mulheres têm conquistado seu espaço e reconhecimento, tanto no âmbito acadêmico quanto nas suas próprias comunidades. Seja como parteiras, líderes comunitárias ou guardiãs da cultura e tradições,



elas desempenham um papel central na preservação da identidade cultural e na educação intergeracional, desafiando estereótipos e preconceitos de gênero.

A análise quantitativa e qualitativa das pesquisas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) destaca um interesse crescente por esse tema desde a implementação da lei 11.645/2008. No entanto, o número de produções acadêmicas específicas sobre o papel da mulher indígena ainda é incipiente, o que indica a necessidade de mais estudos que aprofundem essa questão, valorizando as suas contribuições e experiências. As produções acadêmicas revelam que, apesar dos desafios impostos pela estrutura patriarcal, as mulheres indígenas têm se destacado como figuras fundamentais para o equilíbrio e a continuidade cultural em suas comunidades, promovendo uma educação que ultrapassa os muros da escola formal e que é construída com base no saber comunitário.

A inclusão e valorização das mulheres indígenas nas pesquisas acadêmicas contribuem não apenas para a justiça epistêmica, mas também para uma educação mais equitativa e intercultural. Ao discutir o papel das mulheres indígenas na sociedade e na academia, este estudo contribui para a ampliação da compreensão sobre suas lutas e resistências, e aponta para a necessidade de mais visibilidade e inclusão dessas mulheres em todos os espaços sociais, acadêmicos e políticos existentes no país.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lílian Silva Sampaio de. **Não é toda mulher que quer ser parteira não!™. O ensino da aprendiz de parteira como tradição e identidade da parteira indígena Pankararu.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2019, p. 208.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º ed., 1993.

Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **GOV.BR**, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUBITS, Sonia. **Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas.** Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 116–125, jan. 2014.



KANHGÁG, Diomara Rénhrá. **CULTURA CORPORAL KANHGÁG NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma possibilidade de reafirmar a identidade cultural indígena.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado - Arati) do Unicentro:: Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati. nov. 2023, p.95

PAZ. Maria Gloria da. **HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DE MULHERES REMANESCENTES INDÍGENAS DE MISSÃO DO SAHY.** Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Alicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Natal, 2009, p.213.

RUANO-IBARRA, Elizabeth; GAMA, Victoria. **Mulheres indígenas no ensino superior e colonialidade de gênero.** Revista Antropolítica, n. 50, Niterói, p. 273-299, 3. quadri., 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048>. Acesso em 26/01/2024

SOARES. Vanessa. **SEMANA DA MULHER: UMA VOZ FEMININA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO: conheça Sueli Krenge Cândido primeira mulher indígena a trabalhar na Secretaria de Educação do RS.** Secretaria de Educação, governo do RS, 2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/uma-voz-feminina-e-indigena-na-educacao> Acesso em: 24/01/2024